



Caderno CRH

ISSN: 0103-4979

revcrh@ufba.br

Universidade Federal da Bahia
Brasil

Filgueiras, Luiz

SALAMA, Pierre. Le Défi des Inégalités - Amérique Latine/Asie: une comparaison économique. Paris:
Éditions La Découverte 2006. 168 p.

Caderno CRH, vol. 19, núm. 48, septiembre-diciembre, 2006, pp. 563-571

Universidade Federal da Bahia
Salvador, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=347632170014>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

SALAMA, Pierre. *Le Défi des Inégalités - Amérique Latine/Asie: une comparaison économique*. Paris: Éditions La Découverte 2006. 168 p.

Luiz Filgueiras

INTRODUÇÃO

O mais recente livro do Professor Pierre Salama,¹ *Le Défi des Inégalités - Amérique Latine/Asie: une comparaison économique*, lançado na França no final do primeiro semestre deste ano, trata do desenvolvimento recente dos países latino-americanos e do sudeste asiático, a partir de uma ótica comparativa, na qual se destacam alguns aspectos comuns de suas economias e, principalmente, muitos elementos distintos – que predominam na conformação de dois regimes de crescimento² diferentes entre si e que determinam desempenhos macroeconômicos e sociais também bastante distintos entre esses dois grupos de países.

Do ponto vista teórico-metodológico, o autor se filia à mais genuína tradição da Economia Política, ao considerar, no processo de acumulação capitalista e constituição dos regimes de crescimento, as diferentes formas possíveis (e necessárias) de articulação entre produção, distribuição

e consumo, bem como os diferentes tipos de inserção dos países na divisão internacional do trabalho e a natureza da intervenção dos seus respectivos Estados no processo de desenvolvimento.

Desse modo, a análise realizada, assim como os problemas identificados e as soluções propostas, demarca um campo de discussão claramente distinto com relação à ortodoxia econômica internacional, hegemônica também no Brasil, o que coloca o autor à margem do *mainstrain* e, portanto, em oposição ao convencionalismo na ciência econômica. No entanto, Salama tem a capacidade de dialogar criticamente com as correntes ortodoxas, colocando em xeque muitas de suas pseudos verdades,³ bem como a lógica mais geral que as sustenta.

Em suma, as questões tratadas, os problemas e processos identificados, as dificuldades e as soluções apresentadas pelo autor são todos familiares ao amplo grupo de economistas críticos presentes na América Latina, e no Brasil em particular – composto, principalmente, por pós-keynesianos, marxistas, neo-shumpterianos e heterodoxos de variados matizes, em boa medida também ancorados, metodologicamente, na tradição histórico-estrutural cepalina, que teve entre os seus principais formuladores Raul Prebisch e Celso Furtado.⁴

No entanto, como será pontuado ao final deste texto, o professor Salama, ao ressaltar certos aspectos específicos do atual processo de desen-

¹ Pierre Salama, economista e professor da Universidade de Paris-XIII (membro do Conselho Científico e do Conselho de Relações Internacionais), é latino-americanista reconhecido e membro do comitê de redação de várias revistas estrangeiras, tendo publicado agora o seu 16º livro, em sua maioria traduzidos para o espanhol e o português. Também foi diretor científico da Revista Terceiro Mundo.

² Um regime de crescimento se caracteriza, fundamentalmente, pela forma específica como se articulam no processo de acumulação, num determinado país em uma determinada época, as estruturas de produção e distribuição, a partir da dominância e liderança de setores específicos da economia, da maior ou menor importância dos mercados interno e externo e do maior ou menor grau de desigualdade existente. Distintas combinações desses elementos produzirão impactos distintos sobre o crescimento, o emprego, a evolução da distribuição de renda e o grau de pobreza prevalente.

³ Entre outras, a crença difundida de que a abertura econômica – sinônimo, para a ortodoxia econômica, de livre comércio e livre mobilidade de capitais –, ao permitir a alocação eficiente dos fatores de produção e dos capitais, implica, necessariamente, maior crescimento econômico, especialmente para as chamadas “economias emergentes”; a tentativa de explicar o comércio internacional a partir, essencialmente, da teoria das vantagens comparativas de Ricardo; e a identificação do Estado, de forma simplista, com ineficiência econômica e corrupção. Todas elas apoiadas na crença da existência de certos atributos associados ao “livre mercado”, mas que, na verdade, não são encontrados no movimento real das economias capitalistas.

⁴ No livro, Salama discute, critica e relativiza as teses da Cepal acerca da tendência à estagnação econômica da América Latina nos anos 1960, bem como as teorias estagnacionistas mais recentes, demonstrando as insuficiências de suas respectivas explicações para a tendência à estagnação presente a partir dos anos 1990 – em razão de superestimarem o papel da capacidade ociosa e de não considerarem o lugar ocupado atualmente pelas finanças nas economias latino-americanas.

volvimento de duas importantes regiões periféricas do capitalismo, e tratar de forma articulada os seus diversos elementos, oferece uma contribuição original para o entendimento da dinâmica econômica dos seus respectivos países. De outro lado, como não poderia deixar de acontecer, e que também será explicitado ao fim deste texto, seu livro também possibilita, por parte do leitor, a formulação de dúvidas e perguntas, principalmente no que se refere às proposições e soluções apresentadas pelo autor para a retomada do processo de desenvolvimento sustentável na América latina.

Na seção seguinte apresenta-se a formulação de Pierre Salama, a partir, obviamente, de uma leitura particular do autor dessa resenha, mas que procurou ser o mais fiel possível às idéias contidas no livro. As referências aos países asiáticos são feitas, em geral, nas notas de pé de página, porque se procurou dar destaque aos problemas da América Latina, uma vez que se acredita que o foco do autor, e sua preocupação maior, também são com a América Latina, tendo as economias asiáticas sido utilizadas mais como contra-exemplos. Na última seção, destacam-se as contribuições do professor para o entendimento das economias periféricas, em particular a do Brasil, e evidenciam-se algumas questões e problemas deixados em aberto pelo seu trabalho.

AMÉRICA LATINA E ÁSIA: caminhos distintos para o crescimento

De um ponto de vista mais geral, a formulação do professor Salama deriva de uma concepção que explica o desenvolvimento diferenciado dessas duas regiões a partir da articulação entre crescimento (seu ritmo e grau de estabilidade), desigualdade da distribuição de renda, pobreza, inserção internacional e intervenção do Estado nesse processo; todas essas articulações podendo conformar (América Latina), ou não (Ásia), o que ele denomina como um Regime de Crescimento com Dominância Financeira (RCDF).

Assim, as economias latino-americanas, de-

pois de várias décadas de crescimento acelerado (1930/1980),⁵ atravessam, desde o início dos anos 1980 – com o surgimento da crise do Modelo de Substituição de Importações (MSI) – e, principalmente, a partir dos anos 1990, um período com baixas taxas de crescimento e grande volatilidade, decorrentes de taxas de investimento reduzidas e grande vulnerabilidade externa. Essa constatação torna-se mais evidente quando se observa, para o mesmo período, o desempenho vigoroso das economias do sudeste asiático – os “tigres”, os “dragões”, a Índia e a China –, caracterizado por taxas de crescimento elevadas e estáveis. Além disso, essa nova tendência à estagnação econômica da América Latina é acompanhada por uma redefinição, para pior, da distribuição da renda – no interior da já elevada desigualdade existente – e por uma grande dificuldade para reduzir a pobreza.⁶ Como resultado dessa dinâmica econômica, assiste-se a um distanciamento ainda maior entre cidadania política e cidadania social, o que implica uma menor coesão social e política das sociedades latino-americanas.

Esse período estagnacionista na América Latina decorre, segundo o autor, da vigência de

⁵ Para lançar luz sobre a compreensão da situação atual, o autor recupera previamente a trajetória das economias latino-americanas a partir da constituição do Modelo de Substituição de Importações, destacando como ele não foi previsto nem surgiu de forma planejada; constituindo-se, na verdade, em uma resposta não pensada, aos constrangimentos externos e às crises internacionais. Também evidencia como, posteriormente, se constituiu em um processo pensado a partir do Estado, o qual foi se transformando, em cada fase do seu desenvolvimento, no sentido de poder compatibilizar as estruturas de produção e distribuição e superar os seus impasses e contradições. Entretanto, observa que o mercado interno não estava constituído, mas se constituiu no processo; portanto, a industrialização só ocorre se certas condições sociais, políticas, institucionais e econômicas se harmonizarem. Esse resgate, do processo de substituição de importações, é feito, sobretudo, para destacar as especificidades da industrialização “puxada” pelo mercado interno e evidenciar que o crescimento econômico pode ser compatível, dependendo de um conjunto de outras circunstâncias econômicas e institucionais, tanto com uma elevada quanto com uma reduzida desigualdade na distribuição da renda.

⁶ Nesse ponto, o autor evidencia a menor desigualdade da distribuição da renda nos países asiáticos, destacando neles uma importante redução da pobreza, mas chamando a atenção para o processo que vem ocorrendo na China e na Índia, onde o acelerado crescimento, num primeiro momento, propiciou uma notável redução da pobreza, mas também um constante aumento das desigualdades que, por sua vez, agora, dificulta a continuação da redução da pobreza.

um RCDF, caracterizado pelo aumento da participação das atividades financeiras e do setor financeiro no PIB, com forte remuneração dos ativos financeiros e a financeirização das empresas não-financeiras (Capítulo 1); por uma grande desigualdade e polarização na distribuição de renda, previamente já muito desigual desde o período do MSI, e que, juntamente com o baixo e instável crescimento econômico, limita a capacidade de redução da pobreza (Capítulo 2); por uma inserção internacional passiva da região, que dá origem a uma grande vulnerabilidade externa (Capítulo 3); e pela retirada do Estado do Setor Produtivo, o que reduz as taxas de investimento, dificulta o combate à desigualdade e à pobreza e possibilita o agravamento da vulnerabilidade externa (Capítulo 4).

Com essas características, esse regime de crescimento dá origem a uma dinâmica macroeconômica que desestimula os investimentos produtivos e incentiva o comportamento rentista, direcionando a poupança financeira dos agentes econômicos (empresas e indivíduos com rendimentos elevados) para o financiamento da dívida pública, atraída por políticas monetárias que estabelecem taxas de juros reais muito superiores às taxas de lucro das atividades produtivas. Desse modo, o endividamento do Estado, decorrente do pagamento do serviço da dívida externa nos anos 1980 e do enfrentamento da inflação nos anos 1990, é elemento essencial do RCDF e, portanto, de uma dinâmica macroeconômica que não favorece taxas de crescimento mais elevadas e estáveis.⁷

Esse comportamento rentista, por sua vez, retroage sobre a distribuição de renda, previamente já bastante desigual desde o período da vigência MSI, polarizando-a em benefício de uma pequena parcela da população com altas rendas, em detrimento de segmentos da “classe média”. Essa piora

na desigualdade da distribuição de renda não pode ser detectada por indicadores globais convencionais, como é o caso do índice de Gini, pois movimentos na distribuição de renda podem ocorrer sem alterar o resultado global captado por esse indicador. No caso concreto da América Latina há uma situação de “deformação” da chamada “curva de Lorentz” a favor das camadas de renda mais elevadas e em detrimento das camadas médias, sem piorar, concomitantemente, a desigualdade global ou mesmo, em alguns casos, havendo uma pequena redução dessa desigualdade. No entanto, do ponto de vista da dinâmica macroeconômica, essa alteração na distribuição de renda implica uma redução da capacidade do mercado interno de alavancar a economia; ao contrário do que aconteceu durante a vigência do MSI, no qual o processo de crescente concentração de renda – no Brasil radicalizado a partir do “milagre econômico” –, ao favorecer a classe média, estimulou a produção de bens de consumo duráveis mais sofisticados, fortalecendo os setores mais dinâmicos do mercado interno.⁸

Adicionalmente, a financeirização das empresas, além de levar ao crescimento dos seus lucros não-operacionais, como proporção de seus lucros totais, implicou um movimento de reestruturação de suas atividades produtivas – através da absorção de novas tecnologias e, principalmente, da reorganização do processo de trabalho, com o surgimento de novas formas de dominação do capital sobre o trabalho. Como consequência, assistiu-se a um processo de flexibilização e acentuada precarização do trabalho, no qual o cresci-

⁷ Sobre esta questão, Salama chama a atenção para a natureza contraditória do capital financeiro, que pode, abstratamente, em princípio, tanto estimular as atividades produtivas e o crescimento quanto impulsionar comportamentos rentistas e parasitários por parte dos agentes econômicos. Na América Latina, em particular, o sistema financeiro privado, historicamente, nunca financiou os investimentos produtivos e, agora, com o RCDF, o predomínio de sua dimensão parasitária só fez crescer e se aprofundar.

⁸ O autor destaca que a segmentação da demanda, derivada da estrutura da distribuição de renda pode travar o crescimento e lembra que o “milagre econômico brasileiro” (1968/1973) permitiu a retomada do crescimento, com taxas anuais elevadíssimas, a partir de um processo de concentração da renda que permitiu compatibilizar a estrutura da produção com a estrutura da distribuição. Na verdade, a relação entre crescimento (alto ou baixo) e desigualdade (elevada ou reduzida) é complexa, sendo influenciada pelas seguintes variáveis interdependentes: renda per capita, tamanho do mercado, grau de abertura da economia (e suas modalidades) e grau de intervenção do Estado. Em geral, o crescimento não reduz muito as desigualdades (pode ser, inclusive, portador de desigualdades crescentes), mas reduz a pobreza – se for elevado, estável e durável.

mento da produtividade, embora tenha sido modesto, foi suficiente para determinar um maior distanciamento de sua evolução em relação à evolução dos rendimentos reais do trabalho. Esse movimento explica a redução da participação dos rendimentos do trabalho na renda nacional, com o concomitante crescimento da participação dos rendimentos do capital, em especial a participação dos juros, reforçando a já mencionada polarização da distribuição da renda a partir de um nível de desigualdade já muito elevado. Desse modo, esse descolamento entre produtividade e rendimentos do trabalho se constitui também em elemento determinante do baixo dinamismo do mercado interno.

Em suma, tanto o MSI quanto o RCDF se caracterizam por uma elevada desigualdade na distribuição da renda; no entanto, enquanto, no primeiro, a concentração de renda fortaleceu o mercado interno, reforçando a sua capacidade de “puxar” a economia, no segundo, a polarização da distribuição de renda, nos segmentos de mais altos rendimentos, a partir de um nível de desigualdade já muito grande, se faz com a perda de poder aquisitivo da classe média. Isso resulta em um comportamento rentista – inclusive com expatriação de capitais – e no aumento do consumo de bens de luxo por parte das camadas de alta renda, desestimulando, assim, os setores mais dinâmicos da economia e dificultando a ampliação do mercado interno e, por consequência, o aumento do investimento produtivo. Desse modo, tanto o investimento produtivo quanto os gastos em consumo se mostram incapazes de comandarem um novo ciclo longo de acumulação e crescimento.

De outro lado, a participação do Estado na esfera produtiva, que foi essencial durante a vigência do MSI, tanto como agente produtivo direto quanto indiretamente, com a criação da infraestrutura necessária ao processo de desenvolvimento – subsidiando o capital privado, ao lhe propiciar menores custos de produção –, recuou de forma significativa em toda a região, extinguindo-se mesmo completamente em alguns países. Esse movimento foi impulsionado pela onda liberal que

varreu a América Latina nas décadas de 1980 e 1990, com privatizações das empresas estatais, desregulamentação e ajustes fiscais permanentes para o pagamento da dívida pública. Aqui se encontra a outra razão crucial para a queda da participação dos investimentos no PIB e, portanto, para as baixas taxas de crescimento da economia.

Por sua vez, a volatilidade do crescimento, isto é, a ocorrência eventual de algum ano com uma taxa de evolução do PIB mais elevada, mas que não consegue se sustentar nos anos seguintes – constituindo um movimento interminável de *stop and go* –, é determinada pelo movimento de abertura financeira externa dos países da América Latina, realizada a partir das recomendações liberais das instituições multilaterais.⁹ A sua característica fundamental é o diminuto controle dos fluxos de capitais de curto prazo, ou mesmo a sua completa ausência. Esse processo se efetivou tendo por carro-chefe as políticas de combate à inflação, tipo o Plano Cavallo na Argentina ou o Plano Real no Brasil, como forma de financiar os sucessivos e crescentes déficits das balanças comerciais e de transações correntes dos diversos países – decorrentes da sobrevalorização das moedas nacionais frente ao dólar, a partir da adoção de regimes de câmbio fixos ou quase fixos, e de uma abertura comercial de natureza liberal, comandada essencialmente pelo mercado –, bem como o crescimento vertiginoso das dívidas públicas de todos os países da região.

Esse crescimento da dependência em relação aos capitais de curto prazo – para combater a inflação, equilibrar o balanço de pagamentos e financiar a dívida pública –, criou uma grande vulnerabilidade financeira externa para os países da região,¹⁰ produzindo crises cambiais sistemáti-

⁹ Na segunda metade dos anos 1990, a desregulamentação financeira e o endividamento acelerado dos países do sudeste asiático, estimulados pelo FMI, desembocaram em crises cambiais sucessivas em quase toda a região. A China e a Índia, que não seguiram esse caminho e mantêm o controle sobre os fluxos de capitais, se constituíram em exceções.

¹⁰ Mais recentemente, a vulnerabilidade financeira tem se reduzido conjunturalmente, em razão da elevação dos saldos positivos da balança comercial, mas não a vulnerabilidade externa global.

cas a partir dos anos 1990, como a crise do México (1994), a crise do Brasil (1998/1999), a crise da Argentina (2001) e, novamente, outra crise do Brasil (2002). A resposta a todas essas crises e a outras movimentações de fluxos financeiros internacionais menos intensas tem sido, sempre, a elevação das taxas de juros, como forma de reduzir a fuga de capitais ou trazê-los de volta e mantê-los no país.¹¹ Mais recentemente, a partir do final dos anos 1990, após essas sucessivas crises e a adoção de regimes de câmbio flexível, bem como a implementação da política de metas inflacionárias (tendo o Brasil como caso paradigmático), as taxas de juros continuaram muito elevadas, mantendo a volatilidade das taxas de crescimento, especialmente no Brasil – país, entre todos os demais da América Latina, no qual a dominância do capital financeiro é mais poderosa e evidente.

O resultado dessa política monetária para o crescimento, segundo Salama, é desastroso, tanto no que se refere à impossibilidade de taxas de crescimento mais elevadas quanto no que concerne à incapacidade de se estabilizar essas taxas, provocando, ao mesmo tempo, estagnação relativa e volatilidade. Além disso, as consequências, dessa política, também são dramáticas no que concerne ao combate à pobreza. As sucessivas crises e desacelerações da economia colocam em situação de vulnerabilidade, particularmente, os segmentos mais pobres da população. A volatilidade do crescimento, principalmente, mas também à já mencionada polarização da distribuição de renda nos rendimentos mais elevados, esvazia o esforço das políticas e programas sociais focalizados e o diminuto resultado propiciado por elas no combate à pobreza. Daí o fato de a pobreza ter se reduzido na região imediatamente após o término dos processos hiper-inflacionários, mas tendo pouco ou nenhum progresso posteriormente, com a sua manutenção ainda em níveis extremamente elevados. Em suma, o crescimento diminuto e volátil

da economia, juntamente com a elevada desigualdade da renda e a ausência de políticas sociais de natureza estrutural – em particular nas áreas de educação e saúde – inviabiliza a redução da pobreza.¹²

Por fim, o crescimento “puxado” pelo mercado externo, que poderia se constituir em uma outra possibilidade, também não se efetiva, mesmo com o elevado crescimento das exportações da região nos últimos anos,¹³ em virtude da baixa capacidade de essas exportações dinamizarem o conjunto da economia. Isso ocorre porque a participação das mesmas no PIB ainda é claramente reduzida (caso do Brasil), embora crescente nos últimos anos, e (ou) porque as exportações não propiciam uma maior articulação da cadeia produtiva interna a cada país (caso extremo do México, com as conhecidas “maquiladoras”, mas que inclui praticamente todos os países da região, em virtude da baixa qualidade de suas respectivas pautas de exportação).¹⁴

A questão central aqui é a natureza passiva da inserção internacional dos países latino-americanos, isto é, produto de uma abertura econômica liberal, dirigida essencialmente pelo mercado e com o objetivo maior de combater a inflação. Portanto, a ausência de políticas industriais, tecnológicas e de comércio exterior é a sua marca principal, redundando num processo de reprimarização das economias (embora com aumento de produtividade).

¹² Salama dedica uma parte importante do livro para discussão sobre a pobreza: a forma de medi-la, sua relação com o crescimento e a distribuição de renda e o papel do Estado na sua redução.

¹³ O autor chama a atenção para o fato de, a partir dos anos 1980, a produção e a exportação de produtos manufaturados terem crescido, proporcionalmente, mais nos países periféricos do que nos países desenvolvidos. No entanto, os responsáveis por esse crescimento foram poucos países, os denominados “emergentes”, e, entre estes, destacam-se, sobretudo, alguns países do sudeste asiático, que conseguiram galgar posições cada vez mais elevadas, tanto do ponto de vista quantitativo (maior participação nas exportações) quanto qualitativo (maior participação nas exportações mundiais de produtos com alto conteúdo tecnológico). Nesse período, a evolução da participação da América Latina é insignificante e torna-se mesmo negativa se o México for desconsiderado.

¹⁴ Em contraposição, os chamados tigres asiáticos, especialmente a Coreia do Sul, apresentam uma pauta de exportações de produtos que têm uma grande interação com a sua cadeia produtiva interna e, por isso, seus grandes saldos comerciais conseguem dinamizar o crescimento econômico.

¹¹ No entanto, Salama destaca que, nas crises, a elevação das taxas de juros não consegue impedir a fuga de capitais e barrar o processo de desvalorização cambial, mas tem efeitos deletérios sobre o crescimento econômico e o aumento cíclico da pobreza.

de), caso claro da Argentina, e na exportação de produtos industriais de baixo e médio conteúdo tecnológico, com demanda pouco dinâmica no mercado internacional, como, por exemplo, o Brasil.¹⁵

As respostas do professor Salama, aos diversos problemas das economias latino-americanas – baixo crescimento, volatilidade ou instabilidade do crescimento, grande vulnerabilidade externa, extrema desigualdade na distribuição da renda e elevada pobreza – dizem respeito todas elas à necessidade de mudança do regime de crescimento, tendo como denominador comum, que as unifica, a necessidade de “retorno” do Estado. Mas, agora, de uma maneira diferente em relação ao período do MSI, isto é, a sua presença não ocorrerá, necessariamente, na esfera produtiva diretamente. No passado, isso ocorreu em virtude de razões estratégicas e políticas pensadas a partir do Estado e devido à incapacidade de os capitais privados nacionais se localizarem nos setores industriais pesados e fundamentais para permitir a generalização do processo de industrialização – em razão da necessidade de grandes escalas de produção, elevados montantes de capitais e ausência de domínio da tecnologia.

Desse modo, o retorno do Estado se faria

sentir numa inserção internacional da América Latina de natureza mais ativa, através de uma atuação em duas frentes: 1) controlando os fluxos de capitais de curto prazo – o que possibilitaria a retomada do controle das políticas macroeconômicas e reduziria a volatilidade do crescimento, com a taxa de juros deixando de ser variável de ajuste; e 2) implementando políticas industriais, tecnológicas e comerciais, que possibilitariam a melhora da pauta de exportações para produtos de média e alta tecnologia e, consequentemente, saldos comerciais maiores e mais consistentes, menos afetados pelos ciclos do comércio internacional. A consequência mais geral dessa intervenção do Estado nos âmbitos financeiro e comercial seria o reforço do mercado externo como um dos elementos determinantes do crescimento econômico, além da redução da vulnerabilidade externa e a possibilidade de crescimento mais elevado e estável, como nos países asiáticos.

Na dimensão social, maiores e mais estáveis taxas de crescimento da economia, juntamente com a taxa mais pesada dos rendimentos dos segmentos da população com rendas muito elevadas e o investimento maciço do Estado em elementos estruturais da sociedade – educação e saúde –, que possibilitariam a capacitação produtiva dos segmentos populacionais de menor renda, reduziriam a desigualdade na distribuição da renda e diminuiriam, de forma consistente, os elevados níveis de pobreza existentes, reforçando, ao mesmo tempo, a capacidade de o mercado interno “puxar” a economia. Na mesma direção, os gastos do Estado no combate à pobreza deveriam conter uma dimensão anti-cíclica, isto é, aumentariam nos momentos de desaceleração da taxa de crescimento da economia, contrapondo-se ao movimento recessivo e apoiando os segmentos mais vulneráveis entre os pobres.

Em suma, as duas frentes de acumulação e crescimento econômico – a interna e a externa – passariam a se estimular mutuamente, num círculo virtuoso e sem contradição com uma melhor distribuição de renda e a redução efetiva da pobreza. Ao contrário, essas últimas se constituiriam em elemen-

¹⁵ Aqui, mais uma vez, o contra-exemplo são os países asiáticos, cuja inserção internacional foi feita de forma ativa, com a intervenção sistemática do Estado, através de políticas industriais, tecnológicas e comerciais, com o apoio de subsídios e proteção seletiva de setores. Isso permitiu um salto em suas exportações, que iniciaram com produtos de baixo conteúdo tecnológico e passaram, paulatinamente, para produtos de conteúdo tecnológico cada vez mais elevado. Atualmente, competem no mercado internacional tanto com produtos intensivos em mão-de-obra quanto em produtos intensivos em tecnologia – desmentindo, de fato, a teoria da dotação relativa dos fatores de produção e evidenciando a importância das vantagens absolutas de custo, pois as suas especializações industriais são feitas intra-ramos. Portanto, a abertura em si mesma não é condição suficiente para estimular o crescimento, tampouco precede, necessariamente, este último; nessa relação entre abertura e crescimento, o papel do Estado é crucial. Mais recentemente, a China tem percorrido esse mesmo caminho, através de um processo que Salama caracteriza como portador de uma dupla acumulação primitiva: 1 - a expropriação do excedente se faz a partir da expropriação do camponês e sua transformação em trabalhador assalariado, tal como formulado por Marx; 2 - o redirecionamento dos lucros obtidos nos setores e empresas intensivos no uso de mão-de-obra barata para o desenvolvimento de setores e empresas intensivos em tecnologia e com o uso de uma mão-de-obra mais qualificada e melhor paga, mas ainda barata quando comparada com a dos países desenvolvidos.

tos estruturais do novo regime de crescimento econômico, criando as condições para redução da distância entre a cidadania política e a cidadania social, propiciando, assim, uma sociedade menos desigual e mais coesa social e politicamente.

A CONTRIBUIÇÃO DE SALAMA E AS QUESTÕES NÃO RESPONDIDAS

A seguir, estão listados, pontualmente, os aspectos que se consideram mais relevantes da contribuição do professor Salama, especialmente no que concerne ao entendimento do desenvolvimento recente das economias latino-americanas:

1. *Regime de Crescimento com Dominância Financeira*. Embora as suas principais características – mencionadas e analisadas pelo autor – já tenham sido identificadas por outros autores situados no campo da Economia Política,¹⁶ a análise de Salama consegue avançar mais, ao integrá-las organicamente para explicar, de forma articulada, a dinâmica macroeconômica e, o que é mais importante, o atual processo de desenvolvimento das economias latino-americanas. Portanto, trata-se de uma análise que vai além da conjuntura imediata, conseguindo explicar como os elementos estruturais desse regime de crescimento interagem dinamicamente e se constituem em motor de uma forma específica de desenvolvimento capitalista em uma parte determinada da periferia do sistema.
2. *A análise comparativa entre América Latina e Ásia*. O modo como o autor compara as duas regiões se distancia das análises que, embora divergindo das razões que explicariam o melhor desempenho dos países asiáticos em relação aos países latino-americanos, tomam os primeiros como “modelo” a ser seguido – ou porque, na visão liberal, seriam a evidência cabal do livre funcionamento do mercado ou, em sentido con-

trário, de acordo com as visões críticas à ortodoxia, se constituiriam num exemplo bem sucedido da intervenção de Estado. O professor Salama, apesar de criticar radicalmente a concepção liberal, e reivindicar a importância do Estado para a constituição de um outro regime de crescimento – mais virtuoso economicamente e mais justo socialmente –, bem como reconhecer a importância da experiência dos países asiáticos, tomando-os como contra-exemplos em relação à América Latina – mas não como modelo a ser copiado –, aponta também suas graves limitações políticas e sociais, principalmente no que se refere à China, tão em “moda” nos dias atuais.

3. *O processo de polarização da renda*. Aqui, talvez, esteja a principal contribuição específica do autor, uma vez que consegue ultrapassar o senso comum dos economistas que analisam a América Latina, e o Brasil particularmente. Esses últimos, especificamente aqueles que militam no campo da macroeconomia, ao se fixarem nas informações agregadas da distribuição da renda – como as que são fornecidas pelo índice de Gini, que não conseguem captar eventuais modificações que não alterem o resultado global, mas que têm efeitos importantes para a dinâmica macroeconômica –, se restringem a constatar que, nas últimas décadas, a concentração de renda permaneceu a mesma ou até mesmo se reduziu. Por isso, não conseguem enxergar o fenômeno novo identificado por Salama e que tem repercussão decisiva sobre a dinâmica do sistema, qual seja, o empobrecimento relativo de uma parte importante da classe média, tendo por contrapartida o enriquecimento de um pequeno segmento da população com rendimentos já muito elevados. No outro extremo da distribuição, situa-se uma massa enorme de pobres e indigentes; no caso do Brasil, boa parte desse contingente tem acesso à complementação de renda, através do Bolsa-Família, mas não consegue “substituir” a antiga classe média na função de demandante de bens de consumo duráveis. Daí o travamento e o pouco dinamismo do mercado interno.

¹⁶ Esses autores identificam com outros nomes o mesmo fenômeno analisado por Salama e utilizam-se, ou não, do mesmo referencial teórico, mas restritos, essencialmente, à dinâmica macroeconômica.

Por fim, algumas questões que podem ser problematizadas a partir da análise e das proposições do professor Salama:

1. *A mudança do regime de crescimento.* Nesse ponto, localiza-se a principal dificuldade para se levar a cabo as proposições enunciadas. A conformação do RCDF, descrita e analisada por Salama, resulta do embate de interesses de classes e frações de classe bem definidos e arraigados nas sociedades latino-americanas – circunstância que o autor, certamente, conhece. No Brasil, em particular, esse regime de crescimento está assentado numa aliança de classes que conforma um bloco de poder dominante extremamente poderoso.¹⁷ A formação desse bloco foi resultado de um longo processo, que se iniciou com a crise do MSI no começo dos anos 1980, prosseguiu com a implementação inicial das reformas liberais nos primórdios dos anos 1990 (Governo Collor), avançou com a consolidação dessas reformas durante os dois Governos FHC e, enfim, mais recentemente, chegou ao seu fim durante o Governo Lula – que deu maior coesão a esse bloco de poder, reduzindo significativamente os seus opositores, bem como enfraquecendo sensivelmente suas críticas ao RCDF. O domínio da lógica financeira é, exatamente, o elemento que dá coesão a esse bloco, soldando os interesses dos seus distintos participantes. Assim, a mudança do regime de crescimento atual, com a mudança correspondente das políticas

macroeconômicas e sociais, tem por condição prévia, indubitavelmente, a derrota política desse bloco.

2. *As limitações das medidas propostas.* Num país (o Brasil), no qual 5.000 famílias (0,0001% do total) detêm um estoque de riqueza da ordem de 40% do PIB,¹⁸ o combate à desigualdade e à pobreza, através da taxaão da renda dos 10% mais ricos e da ampliação do investimento em saúde, educação e infra-estrutura, dificilmente conseguirá alcançar um êxito significativo, se essas medidas não vierem acompanhadas de ações que atinjam diretamente a estrutura da propriedade, especificamente a realização efetiva de uma reforma agrária, de uma reforma urbana e de uma reforma do sistema financeiro.

3. *A aceitação do conceito de pobreza de absoluta.* O autor assume como dado esse conceito, juntamente com a noção de uma linha de pobreza, que serve de referência para definir que famílias deverão ser atendidas pelos programas sociais focalizados do tipo Bolsa-Família. Embora esse procedimento não impeça ou dificulte, tampouco distorça a sua formulação mais geral acerca do RCDF, sente-se falta de uma consideração mais crítica sobre a instrumentalização político-ideológica desse conceito e de suas derivações por parte das correntes de pensamento liberais, cujas proposições têm no autor um claro opositor. Os programas sociais focalizados, em particular, se articulam de forma estreita com o RCDF, dele fazendo parte como um dos elementos centrais da forma de dominação do bloco no poder que o sustenta¹⁹ – embora esses programas possam também ser implementados num outro contexto, no interior de um outro regime de crescimento e com um outro bloco de poder –, numa perspectiva claramente emergencial, articulados com políticas estruturais, como recomenda o autor – mas

¹⁷ A sua fração hegemônica é composta pelo capital financeiro internacional - expresso na movimentação dos fundos de pensão, dos fundos mútuos de investimentos e dos grandes bancos dos países desenvolvidos -; os grandes grupos econômico-financeiros nacionais, que conseguiram sobreviver, até aqui, ao processo de globalização, em função de sua capacidade competitiva ou através da associação (subordinada) com capitais estrangeiros; e o capital produtivo multinacional (associado ou não ao capital nacional); todos eles tendo aumentado suas respectivas influências no bloco dominante. As demais frações do bloco dominante, situadas numa posição subordinada, são os grandes grupos econômicos, não financeirizados organicamente, e os grandes e médios capitais que têm uma maior “especialização” no processo de acumulação: agro-negócio, indústria, comércio ou serviços, estando voltados para o mercado externo e/ou interno. Adicionalmente, esse bloco e a sua política têm como importante aliado a classe média alta: “novos ricos” que rejeitam qualquer coisa parecida com um Estado de Bem-Estar Social, do qual não se beneficiariam - pois ajudariam a financiá-lo com impostos, mas não fariam uso de seus serviços.

¹⁸ Ver POCHMANN, M. et al. “Os ricos no Brasil”. *Atlas da Exclusão Social*, v. 3. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

¹⁹ Ver BOITO, A. Relações de classe na nova fase do neoliberalismo brasileiro. *Congress Marx International IV*, France, set-out, 2004 (mimeo); e MARQUES, R. M.; MENDES, A. O social no governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. 2004 (mimeo).

aí, embora ainda dirigidos a uma parcela específica da sociedade, eles perderiam o seu caráter focalizado tal como concebidos em sua origem liberal.

4. *O retorno do Estado.* Essa questão se remete também, claramente, à dificuldade de mudança do RCDF, já tratada anteriormente. Mas, além disso, o que se quer considerar aqui é que haveria ainda espaço no capitalismo periférico para a atuação do Estado na esfera produtiva, por duas razões cruciais, que estão estreitamente articuladas, quais sejam: a) o domínio da estrutura produtiva de suas economias por capitais transnacionais, numa época em que as suas filiais nesses países perderam a sua autonomia relativa de decisão; e b) a incapacidade e (ou) desinteresse dos grupos econômicos nacionais em desenvolverem tecnologia. Essas duas razões se constituem nos determinantes fundamentais do atraso tecnológico dos países periféricos, dificultando

ou mesmo impedindo uma inserção internacional mais ativa e, por consequência, mantendo ou aprofundando a vulnerabilidade externa. Nessa direção, pode ser necessário, possível e viável alavancar setores de ponta, de alta tecnologia e conhecimento, a partir da criação ou ampliação de empresas estatais; o mesmo podendo ocorrer pela necessidade de se manter ou recuperar o domínio de recursos naturais estratégicos, muitos não renováveis, como é o caso do petróleo; ou, ainda, para que os Estados possam liderar, induzir e sinalizar, de forma efetiva, para a formação e consolidação de blocos econômicos na periferia, como o MERCOSUL, através da formação de empresas estatais multinacionais.

(Recebido para publicação em agosto de 2006)

(Aceito em setembro de 2006)

Luiz Filgueiras é Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente é bolsista da CAPES, realizando estágio Pós-Doutoral na Universidade Paris-XIII. luizfil@ufba.br